

Território estratégico de Suape: diretrizes para uma ocupação sustentável

Maria do Carmo de Albuquerque Braga ¹
Antônia Santamaría de Queiroz Lima ²

Resumo

O artigo apresenta o Plano de Ocupação Territorial para a região de abrangência do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape, localizado na porção sul da Região Metropolitana do Recife, cuja finalidade foi compatibilizar os impactos dos investimentos direcionados ao referido complexo com a questão socioambiental. Esses investimentos representam uma perspectiva de desenvolvimento, mas trazem também riscos de impactos como degradação ambiental e migração intensa de pessoas, elevando a demanda por habitação, transporte e serviços, além de infraestrutura. Dessa forma, iniciou-se, em 2007, a construção de diretrizes que visam promover a ocupação sustentável, buscando melhoria da habitabilidade e da competitividade, através da qualificação físico-ambiental da região. Para essa experiência, emprega-se o conceito de sustentabilidade urbana e regional ampliada, que atesta a indissociabilidade entre fatores econômicos, sociais e ambientais e a necessidade de enfrentar a degradação do meio ambiente associado ao problema da pobreza.

Palavras-chave: sustentabilidade urbana, organização do território, gestão urbana, articulação, integração.

Abstract

This article introduces a Land Occupation Plan for the area encompassed by Port Industrial Complex Governador Eraldo Gueiros – SUAPE at Southern part of Recife Metropolitan Region. It aims at the compatibility of impacts caused by investments made there when compared to social-environmental issues. These investments represent a new perspective for development however they also bring risks such as environment degradation and intense migration among the locals, causing an increased demand for new housing, transportation and other services besides infrastructure itself. In 2007 an array of guidelines was started to provide sustainable land occupation so as to improve living standards and competitiveness of the place through a physical environment classification for the region. The concept of “amplified urban and regional sustainability” was used which confirms indivisibility of factors such as economic, environmental and social ones to cope with environment degradation and extreme poverty.

Keywords: urban sustainability, territory organization, urban management, articulation, integration.

¹ Arquiteta e Urbanista, SEPLAG – Agência Condepe/Fidem, PE, Brasil mariabraga77@gmail.com;

² Arquiteta e Urbanista, SEPLAG – Agência Condepe/Fidem, PE, Brasil antoniasantamaria@gmail.com.

Introdução

O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape, localizado na porção sul da Região Metropolitana do Recife e distante cerca de 40 Km da capital, está atualmente em fase de consolidação e expansão, com a aplicação de altos investimentos públicos e privados através de empreendimentos de grande porte como uma refinaria, um estaleiro e um polo petroquímico. A área de influência desse Complexo – denominada Território Estratégico de Suape – compreende cinco municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada e apresenta uma superfície de 1.774 km², com uma população de 1.011.276, de acordo com o IBGE (PERNAMBUCO, 2007).

Essa concentração de investimentos tanto representa uma boa perspectiva de desenvolvimento e crescimento como traz, no seu bojo, o risco de impactos sociais e ambientais de alta monta, a exemplo de degradação ambiental e a migração intensa e irregular que acarreta o aumento da demanda por habitação, transporte, serviços sociais, além de infraestrutura e demais serviços, tanto para os usos residenciais quanto produtivos.

A Agência Condepe/Fidem, órgão de planejamento e pesquisas do governo do estado de PE, iniciou, em 2007, o Plano Território Estratégico de Suape – com a construção de diretrizes e recomendações - que visa promover a ocupação sustentável do território estratégico de Suape com a melhoria da habitabilidade e da competitividade, através da sua qualificação físico-ambiental. Teve como parceiros a Empresa Suape, a Secretaria das Cidades e os cinco municípios supracitados, além de outros órgãos federais e estaduais.

1. Abordagem conceitual e legal

Em seu trabalho, Braga, M. e Braga, S. (2009) colocam que o crescimento populacional vem sendo apontado como um dos grandes vilões causadores da degradação dos recursos naturais, fato esse enriquecido pelos padrões culturais de vida de uma sociedade capitalista, que além de apresentar um consumo acelerado, gera uma grande massa de pobreza em meio uma pequena fatia da sociedade que detém o dinheiro e, em consequência, o poder. Esse modo desenvolvimentista aponta o meio ambiente como um mero provedor de recursos a baixo custo, que, até pouco tempo, era visto como fonte inesgotável e auto-renovável de insumos naturais. Em meio a esse cenário, a crise ambiental e o agravamento dos problemas urbanos vêm ganhando maior espaço dentro das discussões socioambientais. Com isso, questões como moradia irregular, invasão de áreas de preservação, falta de infraestrutura urbana entre outras, despertam para a grande necessidade de uma nova ótica social e política a esse respeito.

A necessária associação entre desenvolvimento e meio ambiente iniciou-se no começo da década de 1970, as primeiras discussões a respeito dessa relação foram apresentadas em 1971 na Suíça, com reflexões a respeito da busca por um novo modelo de desenvolvimento econômico voltado para melhoria da qualidade ambiental. Mas, apenas em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, foi possível

implantar um divisor de águas nessa discussão, e a questão do desenvolvimento mundial passou a ser definitivamente vinculada à visão ambiental.

Um dos primeiros relatórios, publicado em 1972, chamado Limites do Crescimento, apontava para o crescente ritmo do consumo social, em todo mundo, que resultaria em um colapso do ecossistema global, por isso a necessidade de despertar para as tendências catastróficas que este modelo desenvolvimentista poderia ou não ocasionar. Uma segunda corrente se fez, relacionada às críticas ambientalistas, que visava a uma melhor qualidade ambiental e de vida para os tempos contemporâneos, utilizando, em 1973, um dos primeiros termos ligados à questão: o ecodesenvolvimento. Este, definido por Ignacy Sachs, conforme Ribeiro (2003), foi lançado como uma alternativa de desenvolvimento voltado ao meio ambiente.

Sachs estabelecia o ecodesenvolvimento como uma possibilidade de estratégia à política econômica, cujos novos modelos tecnológicos, voltados para a melhoria da qualidade ambiental, pudessem substituir as técnicas usuais e, também, a cultura de crescimento com ônus ao ecossistema. Ainda para Sachs, as áreas rurais e comunidades alternativas seriam os lugares ideais para a aplicação desse novo conceito, definindo-o como “um estilo de desenvolvimento particular adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, fundado em sua capacidade natural para fotossíntese” (SACHS, 1974, apud RIBEIRO, 2003, p.85).

A temática ambiental ganha, então, seus alicerces de discussão a partir de 1987 com a publicação do Relatório de Brundtlandt produzido pela ONU, intitulado como Nosso Futuro Comum. É nele que o termo Desenvolvimento Sustentável passa a ser difundido e definido como sendo o modelo que supre às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. Atualmente, o desenvolvimento sustentável vem ultrapassando os limites ideológicos das discussões ambientais vistos até então. A relação necessária entre economia, sociedade, avanços tecnológicos e meio ambiente, fortalece a criação de nova postura ética, cultural e de gestão política voltada à preservação do ecossistema e à qualidade de vida futura.

Foi lançada por Sachs, em 1993, segundo Jacobi (2007), a base de cinco dimensões que compõem a sustentabilidade: a social, a econômica, a ecológica, a espacial, e a cultural. Seriam seus princípios os responsáveis por proporcionar uma melhoria da qualidade de vida e da preservação ambiental, com os quais almeja-se um sistema equilibrado e auto-suficiente, que une eficiência nos campos econômico, social e ambiental.

Toda discussão decorrente do Relatório de Brundtland, a respeito da questão ambiental, abriu espaço para Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio-92 ou Eco 92. Em trabalho realizado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, coordenado por Bezerra e Fernandes (2000), foram lançadas propostas para a elaboração de uma política de desenvolvimento sustentável criada nessa conferência, para embasar as decisões e ações para o século XXI, conhecida como Agenda 21.

Ainda que, ao ser criada, tenha sido constituída mais como uma iniciativa à frente da problemática ambiental, a Agenda 21, em seus 40 capítulos, trouxe um conjunto de recomendações para países, cidades e estados, na formulação de suas Agendas locais, visando à gestão sustentável. Considera também a participação de especialistas e da população local, fator essencial na orientação política para a viabilização do desenvolvimento sustentável com base em dois conceitos chaves: sustentabilidade ampliada e sustentabilidade progressiva. A primeira, trata da sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do processo de

desenvolvimento; e a segunda entende a sustentabilidade como “um processo pragmático de desenvolvimento”.

Apesar do baixo investimento dispensado a programas voltados para a criação de um instrumento de gestão urbana e ambiental, dificultando a implantação da Agenda 21 em grande parte das regiões brasileiras, buscou-se introduzi-la através de outros instrumentos de gestão, alternativas sustentáveis de ação política em parcerias com as várias camadas da população. Destaca-se nesse meio o Plano Diretor, que vem sendo considerado um dos instrumentos mais completos para dar suporte ao processo. Esse instrumento, apesar de não ser novo, foi atualizado em seu conteúdo pelo recém criado Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, de 2001, obrigando os municípios com 20.000 habitantes ou mais, à sua elaboração e implantação com vistas a coordenação e o controle do espaço urbano, ou seja, à gestão urbana sustentável.

Nessa mesma linha de pensamento, Bezerra e Fernandes (2000) identificam ainda outras quatro noções básicas fundamentais para o processo: ética, temporal, social e prática, para as quais são indicados “critérios e vetores de sustentabilidade, paradigmas e produtos do desenvolvimento sustentável; a serem incorporados pelas esferas pública, estatal e privada”. Dessa forma, o processo tem por base premissas fundamentais para o sucesso do almejado desenvolvimento que, para a elaboração do Plano de Ocupação Sustentável para o Território Estratégico de Suape, algumas delas evidenciaram-se como: crescer sem destruir, indissociar a problemática ambiental da social, Inovar e disseminar boas práticas, fortalecer a democracia, gerir de forma integrada e participativa, focar na ação local, mudar o enfoque das políticas de desenvolvimento e preservação ambiental, e, finalmente, obter e oferecer informação para possibilitar a decisão entre todos os envolvidos no processo.

2. Caracterização do Território Estratégico de Suape e entorno

Para delimitação da área de abrangência de Suape, considerou-se além dos dois municípios – Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, que abrigam a área legal do território e o Complexo Industrial-Portuário e se constituem em área de influência direta; os três municípios contíguos, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada. Estes formam a área de influência indireta em um raio de abrangência de aproximadamente 35 km (ver Figura 01). Destes, apenas Escada não faz parte da Região Metropolitana do Recife. A partir dessas definições foi necessário elaborar um diagnóstico completo da área, contando com dados físico, ambiental, econômico e social.

Em termos físico-ambientais, o território tem uma superfície de 1.774,07 km² (1,8% de PE) e uma população total, em 2007, de 1.011.276 hab (12% de PE). Constitui-se uma região predominantemente urbanizada (94,3%) com uma densidade demográfica média de 570,03 hab/km², oito vezes mais elevada do que a do Estado (86,31 hab/km²). Faz-se necessário ressaltar que a área urbanizável deste território representa um pouco mais de 30% de toda a superfície, uma vez que abriga uma área de grande importância ambiental, tanto na sua área urbana, quanto na área rural.

Esta área tem uma importância vital para a produção e o abastecimento de água da Região Metropolitana do Recife, do Complexo e dos cinco municípios que o compõem, possuindo seis barragens em operação e mais duas projetadas. Toda a sua porção oeste, mais interior, abriga um espaço rico em recursos ambientais, que protegem a recarga dos mananciais de abastecimento, incluindo 15 matas de proteção permanente das 40 protegidas pela Lei Estadual 9.989/87. Esse

espaço, dominado pela paisagem de canaviais, também concentra toda a atividade agroindustrial da região.

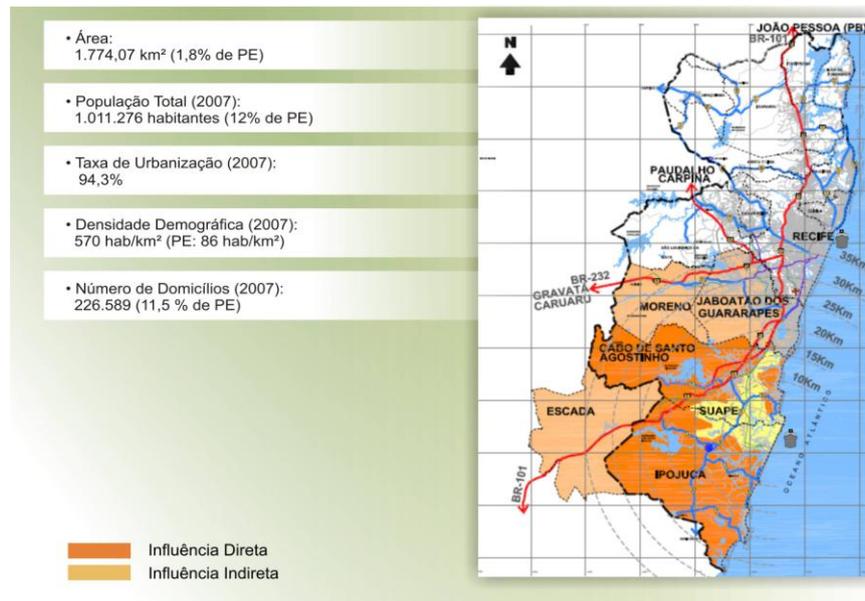


Figura 01: Situação do Território Estratégico de Suape.
Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008

Na área de abrangência de Suape, localiza-se ainda um patrimônio de grande valor ambiental com ênfase para as suas praias e estuários, especialmente nos municípios de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Moreno. Destaca-se, também, a presença de um conjunto remanescente expressivo de Mata Atlântica, constituído por 15 Reservas Ecológicas, das 40 definidas legalmente pela Lei Estadual 9.989/87. Outros ecossistemas de maior expressão são os manguezais – presentes nos estuários em toda a extensão do litoral – responsáveis pelo equilíbrio ecológico e pela rica flora e fauna que é determinante para os recursos pesqueiros do Território.

Essa região tem também uma função turística de grande peso para a Região Metropolitana do Recife e para o Estado. A faixa de mais de 60 km de praia constitui um patrimônio ambiental importante, com uma infraestrutura hoteleira de resorts e hotéis que representa, respectivamente, 41% e 25% dos leitos da região e do Estado (Agência Condepe/Fidem, 2004). Essas unidades estão concentradas na orla de Ipojuca (mais especificamente em Porto de Galinhas e entorno) e possui 7.197 leitos, mais de 60% dos existentes na área de abrangência direta.

Há ainda significativos sítios históricos. São sete bens tombados em nível nacional e estadual e 40 sítios selecionados de alto valor artístico e histórico (PPSH-RMR e PPSH-I). Para a região, foram projetados três parques metropolitanos, que ainda não foram implantados – Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no Cabo de Santo Agostinho; Parque Histórico Nacional dos Guararapes e Parque Lagoa Olho D'Água, ambos em Jaboatão dos Guararapes.

Apesar dessa importância ambiental, os índices de saneamento básico são extremamente baixos, a exemplo de outras áreas no Brasil. A cobertura do serviço de abastecimento d'água é cerca de 22,9% domicílios não atendidos pela rede de água e no caso de saneamento, apenas 21,7% domicílios ligados a rede geral IBGE, 2000). Essa situação quantitativa permanece inalterada, no

entanto, a região ainda sofre com problemas de racionamento d'água e problemas de irregularidade no atendimento. Acrescente-se também a inexistência de aterros sanitários, que é agravada pela destinação de todo o lixo produzido no Recife, que é aí depositado.

A riqueza econômica na área de estudo pode ser avaliada pelo expressivo Produto Interno Bruto (PIB) – mais de R\$ 10 bilhões, quase 22% do PIB do Estado de Pernambuco e 33% da RD Metropolitana. Considerando a distribuição por municípios da riqueza produzida, a situação é bastante díspare. Por um lado, localizam-se nessa região três dos cinco municípios pernambucanos com maior PIB: Jaboatão dos Guararapes (R\$ 4.061 milhões), Ipojuca (R\$ 3.499 milhões) e Cabo de Santo Agostinho (R\$ 2.848 milhões). Já os municípios de Escada e Moreno apresentaram, em 2005, PIB, de R\$ 211 e R\$ 172 milhões, respectivamente.

O território apresenta um perfil econômico diversificado, destacando-se as atividades da agropecuária, do turismo e da indústria de transformação, tendo como o elemento estruturador e dinamizador o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape, em fase de implantação e consolidação.

Com a dinâmica representada por tal perfil, fortalecido pelos recentes investimentos, a indústria de transformação assumirá certamente um maior peso na estrutura econômica do território. No entanto, faz-se necessário atentar para o impacto desse segmento nos outros setores da base econômica, como o do turismo e a da atividade agropecuária, especialmente da agroindústria sucroalcooleira, de forma que se possa buscar a convivência equilibrada entre eles.

Apesar da significativa riqueza gerada pela área de estudo, sua distribuição, representada pelo PIB per capita, apresenta um nível de disparidade acentuado entre os cinco municípios. Além disso, a elevada renda de alguns municípios não se traduz necessariamente em uma melhor qualidade de vida para a população, se considerados outros indicadores sociais. Esse fato pode ser constatado pelo alto percentual de chefes de domicílios ganhando até um salário mínimo, que representa quase a metade dos chefes da Região 41,8% (embora menor que o verificado para o Estado 51,7%). Se considerada a análise por município, verifica-se que Ipojuca, apesar de ter o maior PIB per Capita do território, apresenta uma elevada proporção de chefes de domicílios que recebem até 1 salário mínimo (55,5%), sendo superado apenas por Escada (61,3%) e Moreno (58,2%).

As condições de educação tanto refletem a realidade de pobreza como podem explicar os fatores que contribuem para a mesma, resultando no maior ou menor nível de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais para o território, em 2000, ainda era extremamente alta, tendo os municípios de Escada e Ipojuca uma situação preocupante, com os maiores índices de analfabetismo do Território – respectivamente 30,3% e 30,0%, naquele ano. Em relação à média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, em 2000, a situação também não era confortável. O maior índice encontrado foi de 6,5 anos de estudo em Jaboatão dos Guararapes, situando-se os demais municípios entre 5,1 e 3,7, sendo este último referente a Ipojuca.

O desafio, diante do quadro promissor de geração de empregos em Suape, é a inserção desta população, o que pode gerar a importação de mão-de-obra em todos os níveis demandados. Nesse sentido, o governo do estado tem realizado parcerias com universidades, escolas técnicas e empresas que pretendem se instalar em Suape, para a formação e capacitação da população, especialmente, nos municípios do Território Estratégico.

3. Estratégia de elaboração do Plano para Ocupação Sustentável

Vislumbrando-se para o território, nos próximos anos, uma grande concentração de investimentos públicos e privados, em razão do desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário, evidencia-se também o aumento da demanda por habitação, transporte, serviços sociais, infraestrutura e demais serviços, o que implica a necessidade de prever riscos de impactos tanto sociais quanto ambientais (ver Figura 02).



Figura 02: Potencialidades e Riscos da Dinamização de Suape
Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.

A partir dessa previsão, foi necessário estruturar-se para atender às demandas de expansão e de ordenamento da área de influência, compatibilizando ações, minimizando os impactos e potencializando os investimentos.

Trabalhar por uma ocupação sustentável é enfrentar importantes desafios como: (1) implantar um sistema de gestão urbana e ambiental integrado do território; (2) aparelhar a estrutura urbano-ambiental dos municípios componentes; (3) implementar os planos diretores municipais; (4) proteger e valorizar o patrimônio natural e histórico-cultural, compatibilizando-os com as atividades produtivas; (5) promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado de forma integrada e complementar, respeitando as vocações de cada município; (6) integrar física e funcionalmente todo o território, promovendo as conexões interna e externa através das redes de mobilidade; (7) promover o saneamento ambiental para atender às demandas populacionais e produtivas.

Com base nesses desafios, o objetivo central do trabalho é promover a ocupação sustentável do território estratégico de Suape com a melhoria da habitabilidade e da competitividade, através da sua qualificação físico-ambiental. Para efeito de conhecimento e aprofundamento da realidade,

bem como para a formulação de estratégias para sua ocupação, foram identificados três eixos temáticos: (1) Organização do Território e Habitação; (2) Mobilidade; (3) Meio Ambiente e Saneamento Ambiental.

A **Organização do Território e Habitação** visa a garantir a qualidade do padrão urbanístico da região por meio de uma gestão urbana eficaz, enquanto que a **Mobilidade**, à acessibilidade externa e interna com qualidade, conforto e segurança de pessoas e produtos da região de influência. O eixo é entendido como estruturador do território e, portanto, fundamental para todo o processo de desenvolvimento econômico e social da proposta.

O **Meio Ambiente e Saneamento Ambiental** busca garantir a utilização dos recursos naturais de modo sustentável e promover o saneamento ambiental do território. Os principais problemas relacionados a Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, identificados no Território Estratégico de Suape, abrangem a grave deficiência e insuficiente cobertura dos sistemas de saneamento ambiental: abastecimento de água, esgotamento sanitário e a destinação de resíduos sólidos, bem como a crescente degradação ambiental gerados, principalmente, pela inadequação da ocupação/expansão urbana em áreas ambientalmente frágeis, a exemplo dos estuários, matas e de áreas essenciais para a proteção dos mananciais e dos ecossistemas.

Assim, o conceito de sustentabilidade ampliada se expressa nesse planejamento, por meio desses três eixos de atuação na região, promovendo a sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do processo de desenvolvimento que se pretende (ver Figura 03).



Figura 03: Componentes do Plano: Planejamento e Gestão Integrada do Território

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.

4. Modelo de operacionalização proposto

Destaca-se, neste trabalho, a concepção e operacionalização de um processo participativo que agregou os atores institucionais dos três níveis de governo: união, estado e municípios, de forma igualitária na discussão e decisão sobre as ações e prioridades.

Para tanto, concebeu-se um modelo de gestão cujos formato e nível de atribuição expressam-se por (1) um fórum deliberativo que discute, sugere e aprova as propostas do grupo executivo; (2) um grupo executivo que desenvolve estudos e alternativas para atender às solicitações do fórum e outros necessários; e, por fim, (3) um grupo que fornece consultoria sobre temas específicos (meio ambiente, saneamento básico, mobilidade, etc.) (ver Figura 04).

Essa estratégia de desenvolvimento do Plano possibilitou a articulação e a integração dos diversos agentes, como pontos chaves do processo de entendimento da realidade, seus problemas, suas causas e seus efeitos, as alternativas de soluções e sua priorização dentro de um processo estratégico de explicitação de divergências e convergências, como também, a construção de alianças essenciais para uma intervenção integrada no Território. Destacam-se os principais avanços alcançados na construção deste Plano:

- criação e consolidação de um fórum de discussões e decisões articuladas em torno das questões de interesse comum;
- coesão em relação aos objetivos e espírito de corpo como partícipes de uma mesma unidade, fortalecendo o encaminhamento de ações para alcançar estes objetivos;
- institucionalização de grupos interinstitucionais para aprofundamento de temas prioritários, a exemplo de mobilidade e controle urbano-ambiental;
- ganho de escala e otimização dos recursos existentes;
- implantação de um Programa Especial de Controle Urbano-Ambiental integrado e articulado, com patrocínio do BNDES (em fase de consulta prévia).

Em relação ao conjunto de propostas, este plano tem alimentado diversos outros planos, políticas locais e regionais e programas de investimentos, a exemplo dos Planos Diretores Locais, Plano Diretor de Suape (em processo de revisão) e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, empreendido pelo Governo Federal.

5. Considerações

A forma de construção do plano, explicitada acima, mostrou-se efetiva já na etapa de elaboração. Entretanto, para a implementação e gestão dos projetos e ações indicados e priorizados por este, alguns desafios deverão ser identificados, tais como: (1) institucionalização e implantação do seu modelo de gestão do Plano para o desdobramento e a implementação das prioridades de forma integrada e articulada; (2) manutenção da coesão e motivação das instâncias locais e regionais, evitando a segmentação e ação individualizada; (3) pressões por parte dos setores público e privado por soluções emergenciais que podem acarretar soluções desarticuladas e isoladas; e, (4) capacidade de resposta das instâncias locais de responderem em tempo adequado e de forma efetiva as ações de estruturação e fortalecimento da gestão.



Figura 04: Formato de Gestão para Elaboração do Plano
Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.

A necessidade de detalhamento e de operacionalização de temas e projetos prioritários relacionados ao tema mobilidade, tem originado a formação de grupos específicos para abordagem de demandas urgentes. Pode-se citar como exemplo o grupo que detalha alternativas para acesso ferroviário a Suape e o grupo de Organização do Território que detalhou e aprofundou o Programa Especial de Controle Urbano e Ambiental, ora em processo de viabilização com financiamento do BNDES. Entretanto, faz-se necessária a implantação do Modelo de Gestão do Plano (ver Figura 05).

Este trabalho, seu processo e resultado, pode ser considerado um exemplo contundente da capacidade de articulação e integração do poder público municipal, estadual e federal em torno de um interesse maior em Pernambuco. Resgata, também em seu processo, a abordagem regional, buscando a sustentabilidade ampliada, no tratamento da ocupação do território a partir dos fatores econômicos, sociais e ambientais que a condicionaram e de suas tendências.

O interesse maior é o desafio do desenvolvimento desse território estratégico, minimizando os efeitos negativos sobre seu entorno, assegurando competitividade do ponto de vista econômico e qualidade de vida para a população. Tem-se a consciência de que, enquanto processo, representa apenas um ponto de partida, mas nem por isso menos importante. Espera-se que esta experiência positiva de trabalho conjunto e integrado terá continuidade com a Agenda de Desenvolvimento do Território Estratégico de Suape.

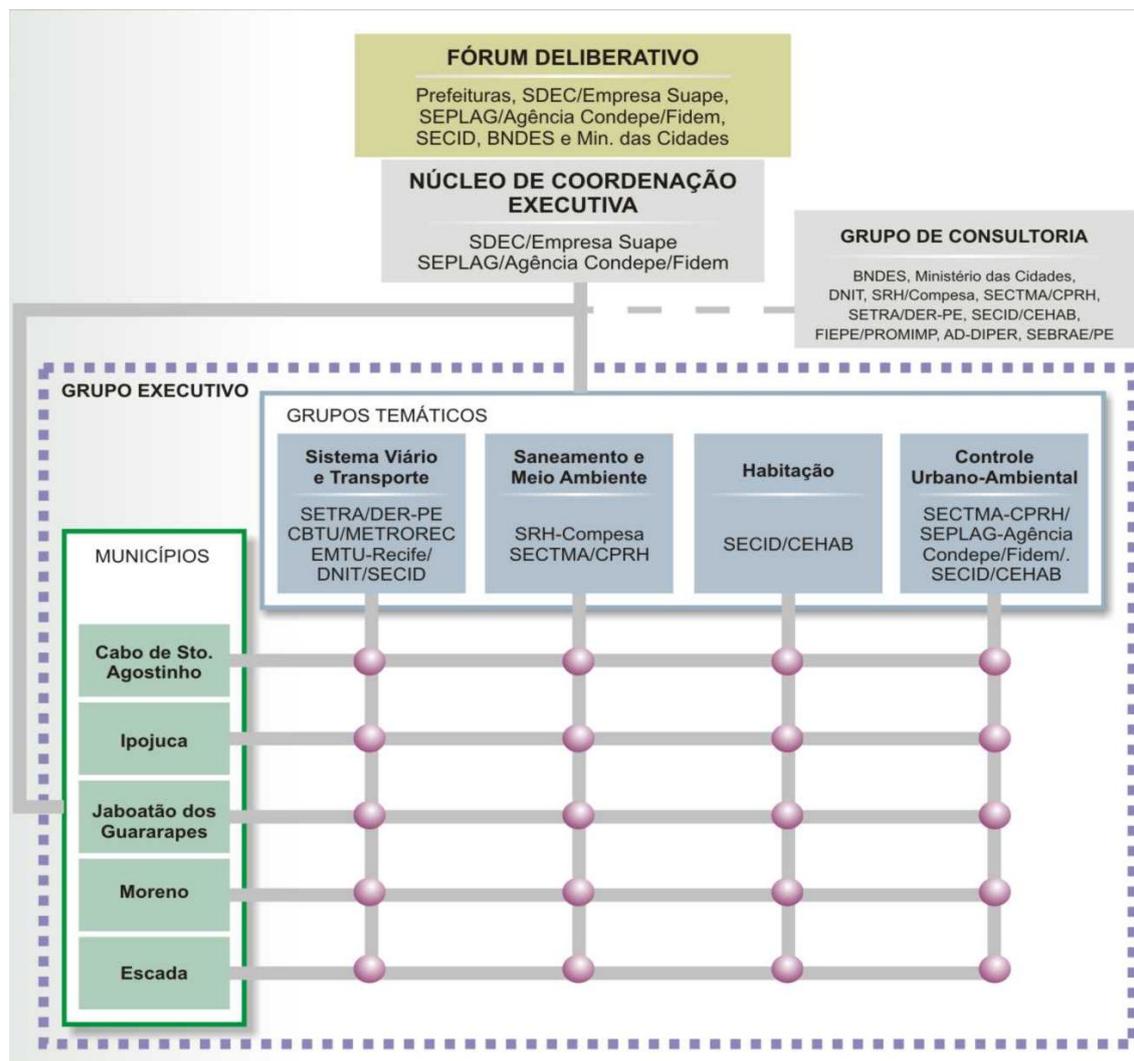


Figura 05: Proposta de Modelo de Gestão para o Programa de Desenvolvimento Integrado do Território Estratégico de Suape

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.

O desafio, portanto, está posto. E é uma oportunidade de Pernambuco demonstrar que, com articulação, integração e decisão política é possível construir uma realidade diferente e oferecer ao país um exemplo de desenvolvimento que incorpore a sustentabilidade urbana e regional.

Referências

BARROS FILHO, Mauro N. Macedo; BRAGA, Maria do Carmo de Albuquerque. **Experiências na Elaboração de Planos Diretores Participativos na MESORREGIÃO DA MATA PERNAMBUCANA**, 2007. Disponível em: WWW.ESUDA.COM.BR/REVISTA/FINAL/EDICAO_ATUAL.PHP. Acesso em: Abril, 2008.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANDES, Marlene Allan (Coord.) **Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília: Ministério do Meio

Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

BRAGA, Maria do Carmo de A.; BRAGA, Sílvia Helena Félix. **Elaboração de Planos Diretores Participativos para Municípios da Zona da Mata de Pernambuco: uma nova visão do processo de planejamento e gestão do espaço urbano**. No prelo, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico**, 2007.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e sustentabilidade**. 2007 . Disponível em: <http://www.unemat.br/ppgca/docs2007/jacob1999.pdf> . Acesso em: 25 de Out. 2007.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras. **Arquitetura e urbanismo nas cidades sustentáveis**. In Livro Exercício Profissional e Cidades Sustentáveis, 61º Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia - SOEAA e 5º Congresso Nacional dos Profissionais – CNP. CONFEA, Maranhão, 2004. P. 169-181.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Cidades ou sociedades sustentáveis?** In Livro Exercício Profissional e Cidades Sustentáveis, 61º Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia - SOEAA e 5º Congresso Nacional dos Profissionais – CNP. CONFEA, Maranhão, 2003. P. 83-91.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Agência Condepe/Fidem. **Diretrizes para Ocupação Sustentável para o Território Estratégico de Suape**. Recife, 2008.